

ABORDAGENS DA TEMÁTICA INDÍGENA NAS ESCOLAS PÚBLICAS

Neide Borges Pedrosa

Universidade Federal de Rondônia neibpedrosa@gmail.com

Rogéria Moreira Rezende Isobe

Universidade Federal do Triângulo Mineiro rogeriaisobe@gmail.com

Cleiton Aparecido de Araújo Afonso

Instituto Estadual de Educação Carmela Dutra cleiton1985@gmail.com

Fernanda Borges de Andrade

Universidade Federal do Triângulo Mineiro feborgesaz@yahoo.com.br

Resumo: Este trabalho apresenta resultados de uma investigação que objetivou compreender como os docentes de escolas públicas abordam a temática indígena nas instituições de ensino. A pesquisa foi realizada com professores que participaram do curso de especialização no âmbito do projeto “Culturas e História dos Povos Indígenas” realizado no período de 2014 a 2015, por docentes da Universidade Federal do Triângulo Mineiro. Participaram da pesquisa 123 dos 149 docentes inscritos no curso que teve como público alvo professores em exercício da Educação Básica da rede pública municipal de ensino, provenientes dos municípios localizados na região de Uberaba-MG. Os resultados demonstram que os docentes reconhecem a importância da abordagem da temática indígena no currículo das escolas brasileiras. No entanto, foi possível observar a ocorrência de representações estereotipadas, historicamente construídas e naturalizadas que posicionam os povos indígenas em um passado estático e não como sujeitos atuantes no Brasil contemporâneo. Quanto à forma de abordagem da temática nas escolas os docentes restringem-se a utilização do livro didático e às comemorações do ‘Dia do Índio’. Os resultados da investigação corroboram o entendimento de que a desconstrução gradual de preconceitos e estigmas para com as comunidades indígenas exige a formulação de estratégias de formação continuada, bem como a ampliação de espaços de debate e reflexão que fomentem o protagonismo de povos e lideranças indígenas neste processo.

Palavras-chave: Temática Indígena, Lei 11.645/2008, Interculturalidade.

Introdução

A sociedade brasileira é marcada por fortes desigualdades sociais que são acentuadas quando se inclui o recorte étnico racial. Essa situação estrutural exige que os governantes adotem políticas voltadas para superação das práticas de discriminação sofridas por determinados coletivos sociais ao longo do processo histórico de constituição do povo brasileiro.

Nessa conjuntura, o sistema educacional brasileiro tem sido apontado pelas pesquisas oficiais e acadêmicas assim como pelos movimentos sociais como *locus* de reprodução das

desigualdades sociais e raciais, uma vez que a instituição escolar é herdeira de uma longa tradição de ensino etnocêntrico e ocidental que subjuga e inferioriza a diferença com a legitimação de determinados modelos identitários, tidos como unívocos, eternos, universais.

Questões relativas à diversidade das culturas hibridizadas passaram a ocupar mais espaço na produção acadêmica e na arena política brasileira desencadeando implementação programas e ações afirmativas no campo educacional. Nessa conjuntura, a Lei federal nº 11.645 de 10 de março de 2008 estabelece a obrigatoriedade do ensino das culturas Afro-Brasileiras e Indígenas nos currículos oficiais das escolas públicas e privadas do ensino fundamental e médio (BRASIL, 2008). A data de publicação da lei evidencia que até o final da primeira década do século XXI aquelas populações vivenciaram cinco séculos invisibilidade e negação de seus direitos sociais.

No que se refere à cultura indígena, é preciso considerar que embora essa determinação legal represente uma conquista resultante de um longo processo de lutas para superar o preconceito e discriminação contra as populações indígenas, isso não significa a concretização de uma educação intercultural nos estabelecimentos de ensino na medida em que a formação inicial dos professores não contempla o ensino daquelas temáticas.

Nos últimos anos houve um aumento gradativo da produção bibliográfica sobre a abordagem da temática indígena nas escolas (BONIN, 2006; GRUPIONI, 1996; BERGAMASCHI, 2008; BERGAMASCHI e GOMES, 2012; SILVA, 2012, entre outros). As investigações sinalizam o predomínio de concepções preconceituosas e imagens estereotipadas nas escolas, pois “dentro da sala de aula, os professores revelam-se mal informados sobre o assunto, e os livros didáticos, com poucas exceções, são deficientes no tratamento da diversidade étnica e cultural existente no Brasil” (GRUPIONI, 1996, p. 424).

As ações de formação continuada configuram-se, nesse contexto, em importante estratégia de construção de uma educação intercultural para que a temática étnica possa ser abordada numa perspectiva crítica, problematizadora, tendo em vista o reconhecimento e valorização da diversidade cultural brasileira bem como o respeito às diferenças dos saberes e modos de vida indígenas e não-indígenas.

Com o objetivo de contribuir para a implementação qualificada da Lei 11.645/2008, o projeto “Culturas e História dos Povos Indígenas” (CHPI/UFTM) foi desenvolvido no período de junho de 2014 a fevereiro de 2015 por docentes da Universidade Federal do Triângulo Mineiro, professores e tutores selecionados no âmbito das ações preconizadas pela Rede Nacional de Formação Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública (RENAFORM). Uma das ações do projeto consistiu na oferta de um curso de especialização

para professores da rede pública de ensino. Buscando a interface com a pesquisa, outra ação realizada foi uma investigação sobre as representações construídas pelos professores participantes do projeto acerca dos povos indígenas bem como a forma de abordagem da temática nas escolas.

Metodologia

A pesquisa configura-se em investigação de caráter exploratório no qual pesquisador procura um maior conhecimento sobre o tema em estudo em área na qual há pouco conhecimento científico acumulado ou sistematizado (VERGARA, 2000). Apresenta-se como investigação de natureza qualitativa pois segundo Minayo (2001) esta consiste na forma adequada para o conhecimento de fenômenos sociais na medida em que o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis quantificáveis.

Os critérios de inclusão que selecionaram os sujeitos foram: participar do curso de especialização no âmbito do projeto “Culturas e História dos Povos Indígenas” realizado no período de 2014 a 2015 por docentes da Universidade Federal do Triângulo Mineiro; concordar em participar do estudo e assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

A coleta de dados foi realizada no primeiro dia do curso, antes de todas as atividades programadas, através de um questionário semiestruturado, com questões fechadas relacionadas ao levantamento do perfil dos participantes e questões abertas para conhecimento das representações dos professores sobre as populações indígenas. Participaram da pesquisa 123 dos 149 docentes inscritos no curso que teve como público alvo docentes professores em exercício da Educação Básica da rede pública municipal de ensino provenientes dos municípios de: Delta, Conceição das Alagoas, Planura, Pirajuba, Veríssimo e Uberaba. Para preservar a identidade dos participantes foram utilizados identificadores de acordo com a ordem de leitura dos questionários e registro das respostas sendo, portanto, o primeiro identificado como P1 (professor 1), na sequência P2, P3, P4 e assim sucessivamente até o último questionário P123.

O questionário consistiu de 3 perguntas abertas abordando os seguintes aspectos: a) registro dos conhecimentos sobre os povos indígenas; b) breve relato das experiências sobre o trabalho com a temática indígena nas escolas; c) registro de comentários gerais sobre a temática.

A análise dos dados foi realizada por meio do procedimento de análise de conteúdo temática que, segundo Bardin (2010), é constituído por três fases, quais sejam: 1) pré-análise que consiste na leitura geral dos documentos a serem analisados); 2) exploração do material para formulação de temas ou categorias que possibilitarão a interpretação das informações

coletadas; 3) tratamento dos resultados com a interpretação dos dados fundamentados no referencial teórico.

Os dados provenientes dos questionários foram submetidos à técnica de análise de conteúdo e categorizados em três temáticas centrais: 1) povos indígenas e sua presença no Brasil; 2) povos indígenas: identidades e culturas; 3) forma de abordagem da temática indígena nas escolas.

Sobre o perfil dos participantes contatou-se que a maioria (96%) dos professores que participaram do curso de formação continuada, atuantes nas escolas públicas da região do Triângulo Mineiro, é do sexo feminino, havendo uma minoria (4%) do sexo masculino. Quase metade dos cursistas (49%) atua no ensino fundamental sendo que 29% são docentes da educação infantil e 22% são professores que atuam em funções administrativas de direção escolar e supervisão pedagógica nos estabelecimentos de ensino.

Representações construídas sobre os povos indígenas

Conforme mencionado, a leitura do *corpus* empírico permitiu apreender e sistematizar as ideias principais registradas pelos participantes da pesquisa que foram categorizadas em três temáticas centrais. Na primeira categoria temática, relacionada à questão dos “povos indígenas e sua presença no Brasil”, identificou-se o predomínio de representações estereotipadas acerca dos povos indígenas evidenciadas, especialmente, por generalizações que representa o indígena idealizado como exótico ou em situações que o vitimizam. Nota-se uma representação de cunho eurocêntrico na qual a presença das etnias indígenas no Brasil é vinculada ao passado, ressaltando seu caráter passivo sempre submetido ao colonizador, desconsiderando, desta forma, seu protagonismo histórico e a discussão sobre suas espacialidades em todo território brasileiro, inclusive nos centros urbanos. Os trechos das respostas deixam entrever essas questões:

Os índios são povos que sofreram com a violência dos portugueses que queriam escraviza-los [...] P18

Os índios vivem nas matas e tem uma ótima relação com a natureza e o meio ambiente [...] vivem da caça, pesca e artesanato [...] P2

Os portugueses destruíram a cultura dos índios e muitos foram escravizados e mortos [...] P94

Temos que respeitar as tribos indígenas e aprender a não destruir o meio ambiente [...] os índios eram os verdadeiros donos da terra quando o Brasil foi descoberto[...] P113

As representações não ultrapassam a imagem caricatural de índios vivendo em harmonia com a natureza pescando e caçando. O destaque feito ao termo tribo também marca, de maneira exemplar, a manutenção de certos estereótipos acerca dos povos indígenas. Corrobora com estas constatações os estudos realizados por Bergamaschi e Gomes (2012 p.56) que analisam a abordagem da temática indígena em duas escolas públicas de ensino fundamental das redes estadual e municipal de Porto Alegre, RS. As autoras observam que as comunidades indígenas são concebidas como “representantes do passado, só aparecendo como primeiros habitantes do Brasil”. Os desenhos das crianças revelam indígenas “frequentemente nus, com os corpos pintados e, em geral, em contato com a natureza”. A respeito dos livros didáticos utilizados, o estudo demonstra que em nenhuma imagem tais grupos étnicos são representados na situação social contemporânea. Também a pesquisa de Coelho (2010), sobre os livros didáticos de História, revela a permanência de uma imagem dos povos indígenas “como ingênuos, vítimas dos colonizadores, cujo traço cultural fundamental era, fora a preguiça, a relação com a natureza” (p. 6).

Embora prevaleça a imagem vinculada ao passado nas concepções dos entrevistados, muitos professores reconhecem a presença atual de comunidades indígenas nos centros urbanos. No entanto, a análise das respostas categorizadas na temática identificada como “Povos indígenas: identidades e culturas” observou-se a figura de um índio genérico, que ao viver nas cidades, encontra-se em situação de uma suposta ameaça de desaparecimento com perdas e ausências culturais:

Os índios lutam para manter a sua cultura, mas muitos acabam morando nas cidades e acabam perdendo sua identidade [...] P36

Hoje se perdeu muito da cultura indígena porque eles são discriminados [...] P45

[...] temos que respeitar a cultura deles [...] P102

[...] morando na cidade o índio perde sua cultura [...] se continuar assim não teremos mais índios no Brasil [...] P75

Precisamos ouvir os índios, saber como eles vivem em suas tribos e aprender com a cultura deles o respeito pelo meio ambiente [...] P79

[...] percebemos a influência da cultura indígena quando consumimos a mandioca, o milho, quando usamos palavras de origem indígena, quando usamos cestos e vários artesanatos [...] P83

As concepções estereotipadas que se arrastam ao longo da história representam um constante processo de aculturação e ameaça de extinção de tais grupos étnicos que supostamente deveriam viver nas matas para a preservação de suas culturas. Reproduzem-se, assim, a dicotomia entre “índios puros”, vivendo nas matas *versus* “índios contaminados pela civilização”. A propósito dessa questão, são pertinentes as observações de Bonin (2010)

Um dos efeitos de tais representações é a produção de um lugar para eles sempre no passado [...] E porque são vistos como sujeitos genéricos, amalgamados à natureza, causa-nos grande estranhamento a presença de indígenas nas feiras, participando de atividades comerciais, nas ruas de centros urbanos pedindo esmolas, ou em noticiários que deixam ver, de relance e de modo fugaz, a situação de miséria e violência a que eles estão submetidos na atualidade brasileira (p. 78)

As respostas demonstram a generalização certas práticas culturais como se fossem de toda e qualquer etnia, ignorando a diversidade que sempre existiu entre os povos indígenas. A esse respeito Bonin (2010) observa:

Os mais de 230 povos indígenas que, na atualidade, vivem em terras brasileiras, falantes de mais de 180 línguas distintas, são lembrados como povos do passado, aprisionados em representações fixas, ou recordados por algumas contribuições e marcas que deixaram na chamada cultura nacional, aspectos que, em geral, reconhecemos como parte do folclore brasileiro (p. 78).

No que se refere à “forma de abordagem da temática indígena nas escolas” a maioria dos docentes afirmou restringir-se a utilização do livro didático como suporte para o ensino na temática na sala de aula. Nota-se também várias referências às atividades comemorativas no dia do Índio:

Trabalho com o livro didático que mostra como os índios viviam na época do descobrimento [...] também mostro que precisamos respeitar as diferentes culturas [...] P17

[...] além do livro dou atividade para as crianças desenharem os índios e colorir figuras [...] P34

[...] A parte mais trabalhada sobre os índios é no 19 de abril [...] as crianças vestem roupas, fazem teatros, danças, assistem desenhos sobre os índios e cantamos músicas indígenas [...] P60

Oficialmente, nos currículos, os povos indígenas figuram como temática vinculada à data comemorativa. Nesse sentido, Moreira e Silva (1995) alertam que “desnaturalizar e historicizar o currículo existente é um passo importante na tarefa política de estabelecer objetos alternativos e arranjos curriculares que sejam transgressivos da ordem curricular existente” (p. 31). A propósito do “Dia do Índio” Bonin (2010) questiona: “quais são os efeitos de se falar sobre os povos indígenas inserindo-os numa data específica?” a autora responde: “a questão central é que o discurso comemorativo opera generalizações, simplificações, caricaturas, trazendo um conjunto fixo de informações muitas vezes descontextualizadas e pouco significativas” (p. 78). Num cenário marcado por desinformação e intolerância, é urgente divulgar informações corretas e atualizadas sobre esses povos. No entanto, os próprios professores registram as dificuldades enfrentadas para o ensino da temática indígena nas escolas sinalizando como problemas a falta de materiais adequados, pouco conhecimento sobre o assunto e sobrecarga de trabalho:

Ainda sabemos muito poucos sobre os povos indígenas [...] precisamos de mais cursos de capacitação para aprender mais sobre o assunto [...] P3

Os livros são ultrapassados, mas não temos material bom para trabalhar com os alunos [...] P34

No curso de pedagogia não aprendi nada sobre isso e agora preciso ensinar o que não sei [...] P10

São tantas cobranças para o professor trabalhar na escola e tudo é importante [...] não temos tempo para capacitação e não temos materiais diferentes por isso trabalhamos com o que temos que é o livro didático [...] P6

Os registros demonstram a importância de considerar as condições de trabalho do professor como um desafio a ser enfrentado para melhoria do ensino público brasileiro. Além disso, fica evidente a necessidade de uma mudança nos programas e políticas direcionadas aos livros didáticos utilizados nas escolas. A implementação da Lei 11.645/2008 configura-se em um processo que deve ser construído a partir de estudos culturais abrangentes subsidiados por uma reflexão radical e rigorosa que permita a compreensão das raízes do problema e seus fundamentos, questionando-se as concepções do senso comum construídas historicamente, pois “é na cultura que se dá a luta pela significação, na qual os grupos subordinados tentam resistir à imposição de significados que sustentam os interesses dos grupos dominantes” (VORRABER COSTA, 2002, p.138).

Considerações finais

A investigação demonstrou que os professores participantes da pesquisa reconheceram a importância de se incluir a temática indígena no currículo das escolas brasileiras. No entanto, foi possível notar a ocorrência de representações estereotipadas, historicamente construídas e naturalizadas que posicionam os povos indígenas em um passado estático e não como sujeitos atuantes no Brasil contemporâneo. Quando remetem a atualidade reproduzem a dicotomia entre “índios puros”, vivendo nas matas *versus* “índios contaminados pela civilização”. Observou-se ainda a generalização de certas práticas culturais ignorando a diversidade étnica que sempre existiu entre os povos indígenas. Quanto à forma de abordagem da temática nas escolas os docentes restringem-se a utilização do livro didático e às comemorações do ‘Dia do Índio’.

Os resultados da investigação corroboram o entendimento de que a desconstrução gradual de preconceitos e estigmas para com as comunidades indígenas exige a formulação de políticas e estratégias de formação continuada, bem como a ampliação de espaços de debate e reflexão que fomentem o protagonismo de povos e lideranças indígenas neste processo. A construção ações educativas voltadas para a diversidade das culturas hibridizadas tem se apresentado, pois, como possibilidade de superação das ambiguidades, conflitos e tensões advindas da cultura homogeneizadora e excludente da escola atual.

Referências Bibliográficas

- BRASIL. **Lei 11.645** de 10 de março de 2008. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br> Acesso 07/03/2016.
- BERGAMASCHI, M. A; GOMES, L. B. A Temática Indígena na Escola: ensaios de educação intercultural. **Currículo sem Fronteiras**, v. 12, 2012, p. 53-69.
- BERGAMASCHI, M. A. (org). 2008. **Povos Indígenas e Educação**. Porto Alegre: Mediação.
- BONIN, I. T... Problematizando narrativas sobre os povos indígenas: um olhar sobre o ‘descobrimento’, o ‘encontro harmonioso’ e outras histórias contadas na escola. **Ciências Humanas em Revista**, São Luís, v. 4, n. 1, junho, p. 61-72. 2006
- _____. Povos indígenas na rede das temáticas escolares: o que isso nos ensina sobre identidades, diferenças e diversidade? **Currículo sem Fronteiras**. Volume 10, n. 1, pp.133-146, jan/jun 2010.
- CANDAU, V.M. **Cultura (s) e Educação: entre o crítico e o pós-crítico**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

GRUPIONI, L D B. (Org.). **A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º 2º graus**, MEC, Brasília, 1996.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 20 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1991. 218p.

SILVA, T T. e MOREIRA, A F. B. (orgs). **Territórios contestados**. O currículo e os novos mapas políticos e culturais. Petrópolis: Vozes, 1995.

SILVA, M. P. **A diversidade étnico-racial na escola e a temática indígena em questão: discutindo políticas públicas para a efetivação da lei 11.645/08**. IV Encontro de Pesquisa Educacional em Pernambuco – EPEPE, Caruaru, set. 2012.

VORRABER COSTA, M. **Poder, discurso e política cultural: contribuições dos Estudos culturais ao campo do currículo**. In. LOPES, A. C.; MACEDO, E. (org.) **Currículo: debates contemporâneos**. São Paulo: Cortez, 2002.